

A Economia Neoclássica: rumo a uma definição epistemológica

Hoje, no debate econômico, as referências à Economia Neoclássica são inevitáveis. Não obstante, é necessário definir a Economia Neoclássica para poder, em seguida, estudar as diferenças, ou seja, o jogo de compatibilidades e de incompatibilidades, entre as diferentes matrizes teóricas

Em uma primeira parte, definirei os instrumentos e o método de Lakatos. Em segunda parte, aplicarei este método para definir o PPC Neoclássico. Em uma terceira parte, vou comparar este PPC com a Nova Economia Institucional e com a Nova Economia da Informação, o que permitirá ressaltar seus limites epistemológicos.

Palavras-chaves: Epistemologia Econômica- Economia normativa- Programa de Pesquisa Científico Neoclássico.

The Neoclassical Economics: towards an epistemological definition

Today, the references to the Neoclassical Economics are inevitable. However, for such purpose, it is necessary to define, from an epistemological approach, the Neoclassical Economics and its compatibilities with other Scientific Programs of Research (SRP).

In a first part, I will define the lakatosian epistemology. In a second part, I will use this method to define the Neoclassical Scientific Research Program. In a third part, I will compare this SRP with the ones that characterize the New Institutional Economics and the New Information Economics, and I will highlight its limits.

Key-words: Economic Epistemology – Normative Economics - .Neoclassical Scientific Program of Research.

JEL Classification: B3 - History of Economic Thought: Individuals D5 - General Equilibrium and Disequilibrium.

A Economia Neoclássica: rumo a uma definição epistemológica.

Alain Herscovici *

Introdução

Hoje, no debate econômico, tanto na sua dimensão teórica quanto empírica, tanto de um ponto de vista normativo quanto positivo, as referências à Economia Neoclássica são inevitáveis. Certas teorias, assim como suas aplicações em termos de políticas econômicas, reivindicam esta pertença; outras, ao contrário, se definem em oposição a esta matriz teórica (Dequech, 2007).

É necessário definir, em um primeiro tempo, a Economia Neoclássica para poder, em seguida, estudar as diferenças, ou seja, o jogo de compatibilidades e de incompatibilidades, entre as diferentes teorias; para isto, utilizarei o instrumental fornecido por Lakatos.

Contrariamente à análise de Kuhn (1991), a epistemologia de Lakatos permite explicar a coexistência de vários paradigmas, o que corresponde ao caso da Ciência Econômica. Lakatos reconhece que o progresso empírico não pode ser verificado imediatamente (1978 p. 49); assim, o caráter progressivo ou degenerativo do Programa de Pesquisa Científica (PPC) só será conhecido no longo prazo, após várias modificações das hipóteses auxiliares.

Uma análise deste tipo permitirá definir a natureza epistemológica deste PPC e compará-lo com os PPC concorrentes; no âmbito deste trabalho, limitar-me-ei à comparação com a Nova Economia Institucional, definida principalmente a partir dos trabalhos de Coase e de Williamson, e com aquele ligado à Nova Economia da Informação, na linha dos trabalhos de Akerlof, Grossman e Stiglitz.

Em última instância, o objetivo deste trabalho consiste em estudar (a) até que ponto uma análise realizada a partir da metodologia preconizada por Lakatos permite explicar, a partir da história interna, a supremacia da Economia Neoclássica e (b) a partir de que ponto esta supremacia se explica por fatores que pertencem à história externa.

O plano de estudo é o seguinte: em uma primeira parte, definirei os instrumentos e o método de Lakatos. Em segunda parte, aplicarei este método para definir o PPC Neoclássico. Em uma terceira parte, vou comparar este PPC com a Nova Economia Institucional e com a Nova Economia da Informação, o que permitirá ressaltar seus limites epistemológicos.

* Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, Coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) e do Grupo de Estudo em Economia da Cultura, da Informação, do Conhecimento e da Comunicação (GEECICC) do Mestrado em Economia da UFES, Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES (e-mail: alhersco.vix@terra.com.br).

I) Uma análise epistemológica

1) Algumas observações preliminares

As oposições com Popper, Feyerabend e Kuhn.

O instrumental construído por Lakatos é incompatível com as abordagens de Popper. Conforme vários autores já ressaltaram ((Blaug, 1993, Herscovici, 2002), o falseabilismo popperiano sofre uma série de limites, em termos de coerência interna: por um lado, Popper refuta o positivismo e por outro, o critério de falsificação implica que os fatos tenham condições de falsear uma lei científica. Há uma incoerência lógica, à medida que não é possível refutar o positivismo e afirmar, ao mesmo tempo, que seja possível escolher “objetivamente” os fatos relevantes.

A epistemologia moderna, seja ela geral ou aplicada à Economia, resolveu flexibilizar este critério de demarcação: para Friedman (2009, p. 9), as hipóteses serão rejeitadas se as previsões forem refutadas pelo menos “*”frequently” or more often than the predictions from an alternative hypothesis*”. Assim, há uma relativização do critério de demarcação, em relação à metodologia popperiana, à medida que este método admite certas anomalias.

Friedman escolhe as *factual evidence* (Ibid., p. 9) para testar a validade das hipóteses, sem defini-las: no entanto, essas evidências não apresentam o caráter universal popperiano: “ (...) *completeness is possible only in a conceptual world, not in the “real world”*” (Ibid., p. 25).¹

O critério de demarcação elaborado por Lakatos permite incorporar as diferentes anomalias; essas não constituem mais o critério que permite refutar, ou adotar, uma determinada teoria. No entanto, apesar dos critérios adotados serem diferentes, tanto Lakatos quanto Popper propõem-se em realizar um estudo da Ciência a partir de sua lógica interna, e consideram que as evoluções científicas são o produto desta autonomia. Essas evoluções são assimiladas a um progresso, à medida que elas são o fruto da racionalidade puramente científica, que elas são cumulativas, e que as descobertas científicas são realizadas no sentido de tornarem-se cada vez mais abrangentes.

A posição de Kuhn (1991) é radicalmente diferente. Contrariamente às teses popperianas e lakatosianas, ele relativiza a autonomia do campo científico e ressalta assim a importância das variáveis ditas externas. Quando as anomalias são tais que elas provocam uma revolução científica, o desenvolvimento da Ciência deixa de ser cumulativo (idem, p. 125).

Como, durante a crise, vai ser escolhido o novo paradigma? Esta escolha é efetuada em função de critérios de ordem sociológica e histórica: sociológica pelo fato do paradigma ser aceito por uma determinada comunidade científica, a escolha deste núcleo central sendo irrefutável em si - histórica pelo fato do novo paradigma ter condições de explicar os fatos novos considerados como anomalias pelo paradigma antigo.

¹ Da mesma maneira, Kuhn (1991, p. 187) afirma que quando uma teoria é conforme aos fatos, esta conformidade só pode ser relativa.

As evoluções não são o fruto de um desenvolvimento relativamente linear e cumulativo, nem de processos de escolha racionais que permitem assegurar esta dinâmica. Cada revolução se traduz por uma ruptura profunda e irreversível em relação ao período anterior, e muda o rumo desta evolução.

Em última instância, Kuhn coloca o problema da *incomensurabilidade dos paradigmas* (Ibid., p.188): não é possível julgar, sistematicamente, a validade científica de um paradigma A a partir dos critérios utilizados por um paradigma B. Não é possível construir um critério puramente racional que permita comparar os diferentes paradigmas e escolher o mais progressivo: (a) conforme visto, a adequação com os fatos é relativa, e (b) a escolha deste novo paradigma será feita, parcialmente, na base de critérios externos, ou seja, alheios à racionalidade científica.

A partir do “anarquismo metodológico”, Feyerabend (1979) vai enfatizar a incomensurabilidade dos paradigmas: ela “é suficiente para confirmar o que Lakatos nega, ou seja, que os novos paradigmas introduzem uma nova racionalidade” (op.cit., p. 231).

A tese da autonomia da Ciência

Para Lakatos, a reconstrução racional da História da Ciência só pode ser concebida a partir da hipótese de autonomia da história interna (1970, p. 92): neste sentido, “(...) *external history is irrelevant for the understanding of science*” (Idem.). A proposta de Lakatos consiste em definir o critério que permite, em relação a essas evoluções, escolher o PPC mais abrangente, o que implica que a Ciência seja concebida como um processo evolutivo e progressivo, fruto de um desenvolvimento autônomo.

A tese da autonomia da Ciência e a existência de uma razão científica supra histórica é altamente discutível, mesmo no âmbito da argumentação de Lakatos:

i) Uma série de trabalhos sociológicos (Bourdieu, 1984) ressalta a autonomia relativa dos diferentes campos sociais; este conceito de *autonomia relativa* significa que apenas parte da evolução do campo pode ser explicada a partir de sua lógica interna. Outra parte é o produto de determinismos sociais e históricos específicos. No âmbito de uma perspectiva sartriana, o conceito de *projeto* (Sartre, 1986, p. 56) ressalta as complementaridades entre os determinismos externos e internos, e as mediações necessárias operadas pela estrutura do campo em relação às variáveis externas.

Nos escritos de Lakatos, contrariamente ao que ele mesmo afirma, os elementos ligados à história externa não são ausentes: “*a rationality theory - or demarcation criterion - is to be rejected if it is inconsistent with an accepted 'basic value judgment' of the scientific elite*” (Lakatos, 1970, p. 110). A história externa determina, pelos menos parcialmente, os julgamentos de valores adotados pela elite científica e os critérios de julgamento utilizados para aceitar e/ou rejeitar os diferentes PPC. No caso da comunidade científica não ser homogênea, haverá vários julgamentos de valores legítimos. Qual será, neste caso, o critério adotado para aceitar, ou rejeitar, um determinado núcleo duro?

Esses elementos mostram claramente que não há uma razão universal e, conseqüentemente, única, que permite explicar as evoluções do campo científico..

2) A epistemologia de Lakatos

O conceito de Programa de Pesquisa Científica (PPC) é o elemento central da *démarche* epistemológica de Lakatos. Ele é composto por um núcleo central (*hard core*) e por hipóteses auxiliares.

O núcleo central constitui a heurística negativa: esta é definida como “(...) *paths of research to avoid*” (Lakatos, 1978, p. 47), ou seja, como o que é incompatível com este núcleo central. Este é, por definição, irrefutável, e constitui os fundamentos do PPC; corresponde ao o que é aceito pela comunidade científica. É em função desta definição que as hipóteses auxiliares protegem o núcleo duro.

A heurística positiva, ou seja, a construção das hipóteses auxiliares, tem por função principal proteger o núcleo central, em relação às diferentes anomalias que o ameaçam. Ela permite evitar o *modus tollens*, ou seja, ela permite manter a integridade do núcleo duro. Sua função consiste em definir os problemas a serem estudados, prever fatos novos e integrar assim as diferentes anomalias (Lakatos, 1970, p. 99). Enquanto o núcleo duro é, por natureza, fixo, uma flexibilização das hipóteses auxiliares permite, simultaneamente, proteger este núcleo duro e prever novos fatos.

O desenvolvimento das hipóteses auxiliares tem que ser compatível com o núcleo duro do PPC: isto permite manter a coerência global do programa de pesquisa, intensificar seu desenvolvimento teórico, ou seja, sua capacidade de prever fatos novos, e evitar a armadilha do falseabilismo popperiano: “*The positive heuristic of the programme saves the scientist from becoming confused by the ocean of anomalies.*” (Lakatos, 1978, p. 50).

Um dos objetivos principais da epistemologia de Lakatos consiste em construir um critério racional de escolha dos PPC e de elaborar assim uma *reconstrução racional da História da Ciência*. No âmbito de tal perspectiva, a *História do Pensamento Econômico só pode ser concebida a partir de seus fundamentos epistemológicos*.

A tipologia estabelecida por Lakatos é a seguinte (op. cit., p. 99, 100 e 125): um programa é teoricamente progressivo (*theoretically progressive*) se ele permite prever fatos novos; ele é empiricamente progressivo (*empirically progressive*) quando parte dessas previsões se realiza (Lakatos, 1978, p. 79).

Um PPC é *progressivo* quando seu desenvolvimento teórico (*theoretical growth*) antecipa seu desenvolvimento empírico (*empirical growth*): o desenvolvimento das hipóteses auxiliares é tal que ele permite (a) prever e explicar novos fatos, essas hipóteses sendo compatíveis com o núcleo central e (b) verificar, em parte, essas previsões a partir das observações empíricas. Um programa é *estagnante* quando seu desenvolvimento teórico ocorre depois de seu desenvolvimento empírico: este PPC não tem mais condições de prever fatos novos, e se limita a fornecer explicações ad-hoc.

É preciso formular as seguintes observações:

i) Esta concorrência entre os diferentes PPC é um processo lento, à medida que “*A new research programme which has just entered the competition may start by explaining' old facts' in a novel way but may take a very long time before it is seen to produce 'genuinely novel' facts*” (Lakatos, 1978, p. 70). É preciso esperar um período longo para (a) o novo PPC produzir novos fatos e (b) para ver se esses fatos se realizam efetivamente. Durante este período, vários programas concorrentes coexistem.

ii) Lakatos fornece elementos para implementar uma análise comparativa (ou relativa) entre dois programas, e isto a partir de dois critérios:

(a) se o programa P_1 produz novos fatos, esses constituem anomalias para P_2 ; à medida que P_2 só pode fornecer explicações ad-hoc, P_2 pode ser qualificado de *degenerativo*, em relação a P_1 (Lakatos, 1970, p. 125). O caráter degenerativo, ou progressivo, do programa, se define em função do diferencial existente entre os dois programas, no que diz respeito à produção de fatos novos (Idem.).

(b) Se um programa P_2 for mais abrangente que um programa P_1 , P_2 tornar-se um caso geral e P_1 o caso particular. Esta estratégia é amplamente utilizada na Ciência Econômica ².

iii) Existem outros elementos presentes na análise de Lakatos que ele mesmo explorou pouco e que, a meu ver, explicam essa concorrência entre os diferentes programas, assim como o processo de *implosão* de um determinado programa.

Um novo PPC pode ser inicialmente enxertado (*grafted*) sobre um programa mais velho: “*As the young grafted programme strengthens, the peaceful co-existence comes to an end, the symbiosis becomes competitive and the champions of the new programme try to replace the old programme altogether.*” (Lakatos, 1978, p. 57). A longo prazo, a coexistência dos dois programas se torna impossível.

Esta havendo uma *implosão* do programa antigo, à medida que ele alcançou seus limites em termos de abrangência: *além de um certo ponto, a flexibilização das hipóteses auxiliares se torna incompatível com os componentes de seu núcleo duro*. O novo programa se autonomiza, pelo fato de criar seu próprio núcleo duro, e de concorrer assim com o antigo programa.

² As várias tentativas de integrar a Economia Keynesiana no PPC Neoclássico têm por objetivo demonstrar que a primeira é um caso particular da segunda.

II) O PPC Neoclássico: definição epistemológica e características

1) De Walras ao “mainstream”: uma filiação duvidosa

1.1 A dimensão normativa e a ruptura com Walras.

A dimensão normativa associada à Economia Neoclássica se explica e se justifica a partir do primeiro Teorema do Bem-Estar, o qual estabelece uma relação de causalidade entre o Equilíbrio Geral (EG), as condições de Concorrência Pura e Perfeita (CPP) e a eficiência social avaliada a partir do critério de Pareto.

A eficiência social está diretamente ligada à concepção da justiça: à medida que (a) o EG, nas condições de CPP, é automaticamente associado a um ótimo de Pareto, a partir do primeiro Teorema do Bem-Estar, e que (b) a eficiência social é avaliada a partir deste ótimo, a construção walrasiana adquire uma dimensão normativa. Toda política econômica só pode ter como objetivo a preservação (ou a restauração) das condições de CPP, para o sistema alcançar automaticamente este ótimo social: é a tese defendida por Haeyk (1985, p. 34).

Existem dois conceitos de justiça, na obra de Walras: *a justiça comutativa e a justiça distributiva* (Bridel, 2011, p. 7). Os trabalhos de Edgworth e de Pareto tratam unicamente da justiça comutativa: o sistema do EG permite explicitar, *para uma determinação exógena da distribuição inicial da renda* (ou seja, para dotações iniciais fixas), as condições que correspondem ao melhor estado possível, do ponto de vista social. A justiça social não pode ser estudada apenas a partir de sua dimensão comutativa: *“the theory teaches us that the final allocation will depend on the distribution of initial supplies and of ownership of firms. If we want to rely on the virtues of the market but also to achieve a more just distribution, the theory suggests the strategy of changing the initial distribution rather than interfering with the allocation process at some later stage”* (Arrow, 1974 (b)).

O primeiro Teorema do Bem-Estar não permite afirmar, como fazem muitos economistas neoclássicos, que o mercado é a instância socialmente mais eficiente: esta eficiência tem que ser concebida em função da justiça distributiva, o que não é o caso. Esta análise (a) amplia, em relação ao projeto original de Walras, a função e o significado do EG e (b) destrói a ligação que existe, na obra de Walras, entre Economia Pura, Economia Aplicada e Social (Bridel, op, cit., p. 16): *“The efficient market has again gained ground as the only objective scientific reference for solving social problems. If an economic policy fails to work, this is attributed to the fact that it was not designed in accordance with market principles.”* (Burgenmeier, 1994, p. 351).

Walras nunca defendeu esta concepção do mercado, porque a CPP é um “tipo ideal” (*ideal end-state*, segundo Koppl, 1995, p. 52): o mercado “livre” não constitui um mecanismo que leva, natural e sistematicamente, o sistema para tal estado. Por outro lado, este estado de CPP pode ser alcançado a partir de diferentes modalidades de regulação e de controle: *“(…) how fare it needs to be supplemented and controled”* (Walras apud Koppl, Idem). Esta tese é incompatível com a ideia de uma autoregulação do mercado.

Walras refutou dois outros fundamentos da Economia neoclássica “moderna”: o individualismo metodológico e a distribuição funcional da renda: em seu livro *Étude d'économie sociale*, ele escreve que “ *The task of our approach is to bring into equilibrium the rights of the individual and those of the state* “ (apud. Koppl, 1995, p. 53). A justiça distributiva não pode ser analisada a partir do mecanismo do EG. Na sua correspondência com Wicksteed, ele se opôs à teoria funcional de distribuição da renda, teoria segundo a qual cada fator de produção é remunerado a sua produtividade marginal (Bridel, 2011, p. 7).

Em função desses elementos, é possível afirmar que o EG é apenas um mero instrumento que permite especificar sob que condições, para uma distribuição inicial da renda, o sistema é mais eficiente ³.

A tipologia estabelecida por Bresser Pereira (2009, p.496 e seguintes) permite esclarecer e precisar a natureza desta interpretação neoclássica. O EG, como a Matemática, pode ser definido como uma Ciência Metodológica, ou seja de uma Ciência cujo objeto de estudo é constituído por ela mesma; neste caso, o método é puramente hipotético-dedutivo; a este respeito, é possível afirmar que o EG estuda apenas “(...) *phenomena that result from the relations between things and things (...)*” (Koppl, 1995, p. 50). A Ciência Econômica, ao contrário, tem por objeto de estudo uma realidade externa, a realidade econômica; é uma Ciência substantiva. Como tal, o método adequado é o método histórico dedutivo. O “erro” de interpretação do PPC Neoclássico consiste em reduzir a análise econômica à análise do EG, o que implica em utilizar, essencialmente, o método hipotético-dedutivo, e a lhe atribuir um poder explicativo que ele não tem, em relação à realidade econômica.

A ruptura entre Walras e a Economia Neoclássica “moderna” aparece com Pareto: este autor permite cortar “ (...) *all link between general equilibrium theory and any theory of justice.*” (Bridel, 2011, p. 9). A partir deste momento, a Economia Neoclássica se torna paretiana (Idem): o EG, nas condições de CPP, constitui, sistematicamente, a modalidade de regulação social e econômica mais eficiente, pelo fato de corresponder a um ótimo de Pareto. Neste sentido, e só neste sentido, é possível assimilar esta construção à mão invisível smithiana.

Além das divergências, as diferentes escolas que pertencem ao PPC Neoclássico compartilham, no mesmo núcleo duro, o EG e o primeiro teorema do Bem-Estar. Utilizando este arcabouço teórico, elas pretendem descrever assim a realidade e, simultaneamente, fornecer instrumentos normativos para elaborar as diferentes políticas econômicas (Stiglitz, 2003, p. 32, Blaug, 1993, p. 234)

No âmbito do EG, a CPP torna-se a instância privilegiada de regulação social: Hayek fala em “(...) uso eficiente da concorrência como princípio de organização social “ (1985, p. 33). Vários desenvolvimentos da teoria neoclássica adotam esta *dimensão normativa*.

Pigou (1920) concebe as externalidades como falhas de mercado, essas falhas sendo definidas em relação ao ótimo de Pareto. As modalidades concretas de intervenção do Estado consistem em reestabelecer as condições de CPP (Blaug, op. cit., p. 185). A teoria dos mercados contestáveis (Baumol, 1982) estende a área de atuação da mão invisível aos mercados oligopolistas e

³ É igualmente a posição de Blaug (1993, p. 231).

monopolistas: a partir do momento que as condições de contestabilidade dos mercados são verificadas, monopólios e oligopólios igualam custo e receita marginais, e a situação verifica as condições da otimalidade paretiana.

Esta abordagem normativa justifica assim a extensão da lógica dos mercados concorrenciais a várias áreas da produção social: negociação privada dos direitos de poluição e dos Direitos de Propriedade (a partir da interpretação que Stigler (1961) faz da análise de Coase (1960)), economia da política e da família (Becker), economia da informação a partir dos trabalhos de Stigler, etc.

É interessante notar que a proposta epistemológica de Friedman refuta esta dimensão normativa: em seu artigo “*The Methodology of Positive Economics*” (2009), ele afirma que a economia tem que ser concebida como uma ciência positiva, e não normativa (op. cit., p. 4). A validade das hipóteses (ou teorias) não depende de seu realismo, mas de sua capacidade em elaborar previsões que se realizam com uma frequência “aceitável”, à luz das “*factual evidences*” (Idem, p. 9). *Nos termos da epistemologia lakatosiana, essas hipóteses (ou teorias) se relacionam diretamente com a elaboração do cinturão protetor, ou seja, com a definição das hipóteses auxiliares, e não com o núcleo duro.*

1.2 As definições usuais, ou a falta de um critério epistemológico.

Os economistas fornecem dois tipos de definição:

i) A primeira mostra que, a partir do EG, nem sempre existe um sistema de preços que corresponde ao ótimo de Pareto. *Esta tese parte do pressuposto que o EG e o ótimo de Pareto que lhe corresponde fazem parte do núcleo duro do PPC*. O fato de negar esta relação intrínseca entre o EG e o ótimo de Pareto ressalta a falta de coerência do PPC Neoclássico. Esta tese implica que os elementos do núcleo duro sejam definidos, e permite ressaltar o fato do *modus tollens* ameaçar diretamente este núcleo duro. No entanto, não há uma definição precisa dos elementos que compõem o cinturão protetor.

ii) O segundo tipo de definição proclama “*the death of neoclassical economics*” (Colander, 2000); é assim possível falar em *hortodoxe economics*, *mainstream economics* ou *modern economics*. Os argumentos são os seguintes: (a) autores que contestam o EG e seus principais resultados, fazem parte desta Economia Neoclássica, entre outros, Arrow, Akerlof, Stiglitz e Sen, “ (...) *but each operates outside the “neoclassical framework” in portions of his work*” (Idem, p.137) (b) a economia moderna consegue tratar da incerteza, dos equilíbrios múltiplos, da racionalidade limitada, e das imperfeições da informação, por exemplo e (c) a teoria neoclássica é dominante pelo fato de não existir “ (...) uma teoria alternativa com maior grau de falseabilidade capaz de explicar os fatos explicados pela teoria anterior e algum fato novo adicional” (Lisboa, 1998, p. 126).

O primeiro argumento (a) é de ordem sociológico e não epistemológico; a este respeito, Stiglitz deixa explícito que ele propõe um paradigma alternativo em relação ao paradigma neoclássico (2003). O terceiro argumento (c) invoca uma argumentação popperiana e/ou lakatosiana para ressaltar a superioridade da economia do *mainstream*. A referência à Lakatos não é válida enquanto o núcleo duro e as hipóteses auxiliares do PPC examinado não foram definidos. O mesmo tipo de

observação pode ser feito em relação ao segundo argumento (b); colocam-se os problemas de coerência (ou *modus tollens*) do PPC.

É neoclássico quem se proclama neoclássico, sem referências a certos princípios metodológicos claramente definidos. Tal “definição” é puramente tautológica, e nega, de fato, a possibilidade de implementar uma análise epistemológica. *Enquanto os diferentes componentes do PPC não foram definidos, não é possível definir os limites deste PPC, nem praticar uma reconstrução racional da Ciência Econômica, a partir de sua história interna.*

Esta ausência de definição epistemológica permite ampliar o campo de investigação e os métodos utilizados. O que o PPC ganha em amplitude, ele perde em unidade metodológica e em poder normativo.

2) Uma definição a partir das categorias de Lakatos

O método utilizado para definir o PPC Neoclássico é diferente daquele utilizado por Weintraub (1985). Weintraub considera que o núcleo duro do PPC Neoclássico (que ele qualifica de neowalrasiano) é sempre em construção, ou seja, não é fixo: “*Consequently it must be the case that the hard core is not so fixed as a traditional Lakatosian appraisal may seem to suggest.*” (Idem, p. 36). Não é possível definir o núcleo duro nem a heurística positiva; já que o núcleo duro é “flutuante”, um determinado componente pode pertencer a este núcleo duro ou ao cinturão protetor.

Trata-se de uma *estratégia de imunização* desenvolvida pelo PPC Neoclássico, à medida que ela permite evitar o *modus tollens*: quando uma anomalia ameaça o núcleo duro, uma modificação deste núcleo duro permite afastar esta ameaça. Tal método é incompatível com uma definição lakatosiana do PPC Neoclássico.

Neste trabalho, ao contrário, considerarei que o núcleo duro é fixo. Tal hipótese é conforme ao método preconizado por Lakatos, e permite definir com precisão, os diferentes componentes deste PPC.

O ponto de partida desta reconstrução do PPC Neoclássico provém da seguinte afirmação de Arrow: “*The neoclassical model is founded on two concepts (...) one is the individual economic agent (...). The other, the market*” (p. 2 e 3). (Arrow, 1974(a)).

O conceito de racionalidade individual empregado pelo PPC Neoclássico só tem sentido em relação às outras hipóteses que compõem o núcleo duro do programa, e aquelas que constituam a heurística positiva, ou seja a concorrência pura e perfeita walrasiana (Arrow, 1986, p. 235).

1.1 O Núcleo duro

O núcleo duro é constituído por hipóteses irrefutáveis, por definição. Ele é composto pelos seguintes elementos:

i) A teoria do valor utilidade subjetivo. De fato, não é possível comprovar esta hipótese; ela faz parte da própria construção do objeto de estudo e permite definir os problemas a serem estudados.

As evidências fatuais, no sentido empregado por Friedman, serão definidas a partir desta teoria do valor.

ii) A hipótese de ergodicidade fornece os primeiros elementos que permitem entender como pode ser exercida a racionalidade individual: os agentes maximizam suas funções de lucro e de utilidade pelo fato deles conhecerem as quantidades e os preços praticados nos mercados presentes e futuros. O universo se caracteriza pela sua ergodicidade, ou seja, pela ausência de incerteza forte, no sentido definido por Knight. Nos modelos intertemporais de EG, a ergodicidade é mantida a partir da hipótese dos mercados contingentes.

A teoria das expectativas racionais tem que ser concebida como uma outra representação desta racionalidade maximizadora: os agentes elaboram racionalmente suas expectativas, as probabilidades subjetivas convergem para o valor das probabilidades objetivas e, em média, eles não cometem erros de previsão.

O EG é incompatível com a existência de incerteza forte; “(...) *uncertainties can tend to destroy markets, then we can conclude that the absence of some markets for future goods may cause others to fail*” (Arrow, 1974 (a), p.9). Neste caso, não há mais *market clearing* no conjunto dos mercados, e, tendo em vista a interdependência generalizada dos mercados, os desequilíbrios se propagam para o conjunto dos mercados (Ibid.).

iii) O EG é um mecanismo que ressalta a interdependência generalizada dos mercados. A construção do EG só faz sentido em função da definição da heurística positiva: os diferentes elementos da heurística positiva, notadamente o individualismo metodológico, a hipótese de homogeneidade e as condições de CPP, permitem “operacionalizar” o EG e associá-lo a um ótimo de Pareto.

Esta heurística positiva “*defines problems, outlines the construction of a belt of auxiliary hypotheses, foresees anomalies and turns them victoriously into examples, all according to a preconceived plan.*” (Lakatos, 1970, p. 99).

iv) O ótimo de Pareto indica, para uma distribuição da renda dada e determinada exogenamente, qual é a situação que corresponde à maior eficiência social. De um ponto de vista lógico, este conceito sofre vários limites (Arrow 1974(b), Sen 1982, Stiglitz 2003).

Não obstante, este ótimo *permite compatibilizar, logicamente, interesses privados e Bem-Estar social*, concretizando a parábola de Adam Smith a respeito da mão invisível. As aplicações em termos de políticas econômicas a serem aplicadas consistem em “flexibilizar” os diferentes mercados, no sentido de aproximá-los de um estado de CPP.

1.2 A heurística positiva

Individualismo metodológico e homogeneidade

Uma preferência individual é qualificada de objetiva quando ela é exógena e quando ela não depende das preferências dos outros agentes (Orléan, 2011, p. 58). Esta hipótese é incompatível com a existência de externalidades, com comportamentos miméticos e com qualquer comportamento estratégico⁴.

O individualismo metodológico postulado no PPC Neoclássico implica (a) que as preferências dos agentes sejam determinadas exogeneamente (b) que não haja relações interindividuais, ou seja, que cada agente maximiza sua função de utilidade ou de lucro independentemente da atuação dos outros agentes. As relações entre os agentes são substituídas pela existência do leiloeiro (*crieur de prix*, na terminologia utilizada por Walras), o qual permite confrontar e compatibilizar as decisões de oferta e de demanda e assegurar assim o *market clearing* contínuo.

Homeogeneidade, preços, qualidade e equilíbrio.

A partir da análise de Lancaster (apud Orléan, 2011, p. 61 e 62), as características dos bens são as mesmas para o conjunto dos consumidores. *A qualidade é dada*; cada consumidor escolherá uma cesta de bens, em função de suas preferências subjetivas, exógenas e constantes. Existe assim uma dimensão objetiva na determinação da utilidade: as características, ou seja, as qualidades dos bens, são as mesmas para o conjunto dos consumidores. A dimensão subjetiva se explica pelo fato das escolhas dos consumidores serem diferentes, entre vários bens: “(...) de tal maneira que o elemento pessoal na escolha do consumo se relaciona com a escolha entre as características, e não com a alocação das características aos respectivos bens” (Lancaster, apud. Orléan 2011, p. 62). *Por hipótese, não há incerteza no que diz respeito à determinação da qualidade.*

O sistema de preços fornece todas as informações necessárias relativas à qualidade dos bens e serviços: “(...) *objects (...) cannot be distinguished (before purchase) other than by price*” (Stiglitz, 1987, p. 8): *o preço depende diretamente da qualidade* (Idem, p. 2). Conforme ressaltam Grossman e Stiglitz (1976, 1980) e Stiglitz (1987, 2011), o relaxamento desta hipótese é incompatível com o PPC walrasiano, ou seja, com a hipótese dos mercados eficientes. *À cada preço corresponde uma determinada qualidade, para o conjunto dos agentes.* Há uma “objetivização”⁵ da qualidade, e a homogeneidade se define a partir desta relação *unívoca* entre preço e qualidade.

O self enforcement

A heurística positiva do PPC Neoclássico parte do pressuposto segundo o qual há *self enforcement*: de antemão, certas condições gerais essenciais são asseguradas, funcionam plenamente sem representar um custo privado nem social.

⁴ A teoria dos jogos e do oligopólio, por exemplo,

⁵ É o termo empregado por Orléan (2011, p. 96 e 97)

i) Os custos de transação (CT) relativos ao funcionamento ‘concreto’ do mercado e à implementação das trocas são, por princípio, nulos. Segundo as palavras de Coase, essa hipótese corresponde, na Física, ao fato de considerar que os movimentos dos corpos se realizam sem atrito (1988).

ii) O PPC Neoclássico se caracteriza pela ausência de incerteza forte. Os contratos são, por natureza completos, assim como os mercados. Consequentemente, os Direitos de Propriedade (DP) são plenamente eficientes, à medida que os produtores controlam todas as modalidades de apropriação de sua produção. Esses DP são implementados sem custos nenhum. Eles permitem internalizar o conjunto das externalidades: a utilidade social coincide com a utilidade individual.

iii) O postulado de homogeneidade dos bens e dos serviços constitui um elemento essencial do PPC Neoclássico: ele implica que o sistema de preços seja totalmente informativo: a qualidade é unicamente determinada a partir dos preços e, conseqüentemente, as trocas são “transparentes”. Quando aparecem diferentes modalidades de assimetrias da informação, esta homogeneidade não é mais verificada.

Ao contrário, quando a economia é “relacional”, a qualidade depende do comportamento dos agentes que participam da troca. Os contratos são, por definição, incompletos (Williamson, 2002) e os custos de transação são obrigatoriamente positivos: eles consistem em monitorar o comportamento dos agentes oportunistas e em “conter” esta incerteza comportamental (Barzel, 1997).

III) A implosão do PPC Neoclássico

1) A flexibilização das hipóteses auxiliares

1.1 Externalidades e Custos de Transação

Para Pigou, externalidades positivas ou negativas surgem quando há uma divergência entre o produto marginal social e o privado (1920, chapter 2, seção 9). No caso mais específico da produção de externalidades negativas, o Estado, ou as outras autoridades públicas, têm que intervir para reestabelecer as condições ótimas: “*It is, however, possible for the State, if it so chooses, to remove the divergence in any field by "extraordinary encouragements" or "extraordinary restraints" upon investments in that field. The most obvious forms which these encouragements and restraints may assume are, of course, those of bounties and taxes*” (Idem).

Se algum agente (ou grupo de agentes) for prejudicado pela existência de externalidades negativas, a situação deixa de ser Pareto ótima; o Estado tem que intervir, quer pela implementação de um regulamento, quer pela implementação de taxas e subsídios, para reestabelecer este ótimo. A abordagem pigouviana considera que a racionalidade dos agentes é substantiva, à medida que eles podem avaliar sua utilidade (e desutilidade), por natureza, subjetiva.

A análise de Coase é diferente. A reintrodução das funções específicas da firma, e de custos de transação positivos, faz surgir uma série de contradições: .

Edgeworth considera implicitamente que os agentes alcançam uma situação ótima e que essa busca se implementa sem custos. A partir do momento em que essa busca se traduz por custos de transação positivos, se esses custos são superiores à utilidade marginal, o sistema não alcança um ótimo de Pareto (Coase, 1988., p. 184-185).

Arrow já tinha percebido esse problema (1985, p. 78-79) em relação ao ótimo de Pareto; ou as transações se efetuam fora da posição de equilíbrio, ou os agentes precisam de tempo para calcular e alcançar essa posição; este ajustamento progressivo rumo ao equilíbrio se traduz por custos e, conseqüentemente, por perdas de Bem-Estar (idem, p. 79).

Coase afirma que um Direito de Propriedade é definido a partir da utilização de um ativo determinado; esta utilização implica que o detentor deste direito possa gerar externalidades que, obrigatoriamente, serão negativas para certos agentes, e apropriar-se do lucro gerado pela utilização do ativo. De um ponto de vista lógico, não é possível determinar uma externalidade se, antes, não forem determinados certos valores críticos ⁶ que definem os limites desses direitos. A definição desses valores críticos tem que ser socialmente aceita, ou seja, legitimada: neste sentido, é possível afirmar que a determinação desses valores críticos é institucional, e que esses valores podem se modificar com o decorrer do tempo. *Contrariamente à análise de Pigou, há uma determinação social, e não puramente subjetiva, das externalidades.*

Esta concepção da externalidade torna obrigatória uma redefinição do critério adotado para avaliar o Bem-Estar social. Isto constitui os fundamentos da crítica de Coase em relação à análise de Pigou. Coase adota um critério que ficou conhecido como o critério de Kaldor-Hicks, a partir do princípio seguinte: “(...) pode ser que o valor da produção seja mais elevado se aqueles que causaram a externalidade negativa não têm obrigação de indenizar aqueles que foram prejudicados” (1988, p. 204). Coase vai avaliar o Bem-Estar a partir da produção total realizada; neste caso, a compensação dos poluídos não tem que ser sistematicamente realizada. A solução mais eficiente será aquela que maximiza a produção e minimiza os CT; à medida que esta compensação não for efetuada, a situação deixa de ser Pareto ótima e, em todos os casos, corresponde a um *second best* (McCloskey, 1998, p. 368).

Stigler (1966) tenta integrar a análise de Coase no PPC neoclássico, a partir da formulação do famoso “Teorema de Coase”. Partindo do princípio segundo o qual os custos de transação são nulos, a racionalidade dos agentes substantiva, os contratos completos e os DP totalmente definidos (a) o nível da produção total não depende da distribuição inicial dos DP e (b) a negociação privada dos DP é sempre mais eficiente que uma regulação pigouviana.

O próprio Coase refuta esta interpretação (1988, p. 7, 32 e 50), e isto por duas razões: primeiramente, não faz sentido considerar CT nulos, tendo em vista que a contribuição de Coase consiste justamente em analisar uma economia “concreta”, na qual os custos de transação são, por

⁶ Por exemplo os direitos de poluição.

natureza, positivos. No seu artigo de 1960, Coase relaxa logo a hipótese dos CT nulos. Segundo, Coase não demonstra que o mercado, ou a negociação privada constitui, sistematicamente, a solução mais eficiente: “*It is clear that an alternative form of economic organization which could achieve the same result that less cost than would be incurred by using the market would enable the value of production to be raised*” (1960, p. 8).

Para compatibilizar uma análise em termos de CT e de DP com alguns componentes do PPC Neoclássico, Stigler tem que supor que os DP sejam plenamente definidos e que os contratos sejam completos: ele tem que supor a ausência de incerteza. No seu artigo de 1937, Coase já afirmava que a existência da firma se justifica a partir da incerteza, e que, em determinados mercados, notadamente no mercado do trabalho, os contratos são, por natureza, incompletos (p. 392).

Além disto, o Bem-Estar social é avaliado a partir do critério de Kaldor-Hicks, e não de Pareto: sem entrar nos detalhes da formalização⁷, se a compensação dos agentes poluídos não é efetivamente efetuada, mesmo se a produção ou a utilidade total aumenta, a situação não corresponde mais a um ótimo de Pareto.

Em todos esses casos, contrariamente à análise de Pigou, a flexibilização das hipóteses auxiliares torna-se incompatível com um componente do núcleo duro, o ótimo de Pareto. Tal integração só pode ser redutora: elimina os elementos da matriz original que ameaçam o núcleo central da teoria neoclássica.

2) A implosão do PPC Neoclássico

2.1 Até aonde a flexibilização das hipóteses auxiliares é compatível com o núcleo duro do PPC Neoclássico?

Por um lado, o PPC Neoclássico amplia seu campo de estudo, estendendo seu poder explicativo a vários objetos e a várias áreas: a Economia da Informação, com Stigler, a Economia da família e do casamento com Gary Becker, a Nova Economia Institucional, etc. Por outro lado, é preciso manter, a compatibilidade entre a flexibilização das hipóteses que caracterizam esta “cheia do mainstream” (Possas, 1985), e os componentes do núcleo duro.

A teoria dos mercados contestáveis pode ser considerada como uma flexibilização das hipóteses auxiliares que permita manter esta compatibilidade, e isto pelas seguintes razões: a ausência de barreiras à entrada e à saída implica que as decisões dos agentes e o tempo sejam reversíveis; não existe incerteza e o postulado de ergodicidade é assim verificado. A “pressão do mercado” é tal que os monopólios e/ou os oligopólios igualam custos e receitas marginais; a situação corresponde efetivamente a um ótimo de Pareto.

⁷ Ver, por exemplo, Pejovich (1995).

No entanto, a Nova Economia Institucional, apesar de manter certas ambiguidades (Herscovici, 2012), torna-se incompatível com o PPC Neoclássico. O critério escolhido para avaliar o Bem-Estar social (critério de Kaldor-Hicks) nem sempre é compatível com o ótimo de Pareto.

A vertente neoclássica da Economia da Informação parte dos seguintes pressupostos (Stigler, 1961): não existe incerteza, à medida que os consumidores igualam o custo da informação com sua utilidade marginal (p. 216). *Os produtos são, por hipótese, homogêneos* (p. 222), o que permite manter as preferências individuais fixas e objetivas, e ignorar assim as assimetrias da informação ligadas ao risco moral, ou seja, a incerteza comportamental, e suas implicações no que diz respeito à qualidade dos bens e dos serviços.

Se as diferentes correntes do PPC Neoclássico reconhecem e incorporam as imperfeições da informação, essas não podem gerar assimetrias de longo prazo: qualquer assimetria permite o desenvolvimento de comportamentos oportunistas, os quais são incompatíveis com o ótimo de Pareto.

2.2 Uma comparação entre a Nova Economia da Informação e o PPC Neoclássico

No que diz respeito à Economia da Informação, se os primeiros trabalhos elaborados no âmbito da teoria neoclássica foram fundadores (Stigler, 1961), seus limites explicativos logo apareceram: provém do fato que eles mantiveram os principais postulados da Economia Neoclássica, ou seja, a ausência de incerteza e a homogeneidade dos bens e dos serviços (Idem, p. 216 e 222). Se o PPC Neoclássico tem condições de estudar as imperfeições da Informação, ele não pode considerar as assimetrias de Informação. O PPC ligado à Nova Economia da Informação, que relaxou várias dessas hipóteses, já “superou” o PPC Neoclássico, e se autonomizou.

As diferentes concepções relativas à natureza do salário de eficiência são características da diferença entre os dois PPC. Para a Economia Neoclássica, é a rigidez dos salários reais que explica o desemprego: neste caso, o desenvolvimento teórico vem depois do desenvolvimento empírico: os economistas neoclássicos têm que explicar um fato que eles não podiam prever, esta explicação sendo fornecida ex-post.

Para a Nova Economia da Informação, são as assimetrias de informação entre empregados e empregadores que produzem este racionamento; neste caso, o modelo teórico antecipa os fatos e permite prevê-los. Este tipo de observações pode ser estendido ao conjunto dos mercados, a partir do momento que a hipótese de homogeneidade for abandonada e que aparecem assimetrias entre os diferentes agentes que participam da troca: mercado dos bens e dos serviços, mercado do crédito bancário, por exemplo (Stiglitz, 1987).

Em relação às categorias construídas por Lakatos, é possível afirmar que o PPC Neoclássico se tornou degenerativo, ou estagnante, em relação àquilo da Nova Economia da Informação.

No que concerne ao PPC Neoclássico, seu desenvolvimento teórico ocorre depois de seu desenvolvimento empírico: ele não tem condições de prever fatos novos, mas se limita a modificar,

ex-post, suas hipóteses auxiliares, para poder explicar esses fatos novos: rigidez dos salários e dos preços, não neutralidade da moeda no curto prazo, não convergência para o *steady-state*, imperfeições da informação (Arrow, 1974 (a)).

Está tendo uma implosão do PPC Neoclássico, pelo fato deste PPC não ter mais condições de manter simultaneamente as coerências internas e de modificar suas hipóteses auxiliares de tal maneira que elas tenham condições de explicar e de prever fatos novos, no sentido empregado por Lakatos. O caráter degenerativo deste programa de pesquisa é patente: além de fornecer apenas explicações ad-hoc de fatos novos, a modificação das hipóteses auxiliares necessária para explicar esses fatos novos produz elementos que são incompatíveis com o núcleo duro.

Conclusão

Porque o PPC Neoclássico continua sendo dominante, nas instituições de ensino, nos cursos universitários e como referencial em relação a boa parte das políticas econômicas implementadas, hoje? A análise epistemológica não explica esta posição dominante.

O excesso de formalização matemática e a ausência de uma definição epistemológica deste PPC não conseguem mais ocultar suas “falhas”, nem a fase de implosão na qual ele se encontra, hoje. A resposta tem que ser buscada na história externa; ela se relaciona diretamente com uma análise sociológica do campo social constituído pela pesquisa e pelo ensino da Economia.

Bibliografia

Akerlof, G., 1970, "The Market for "Lemons": Qualitative Uncertainty and the Market Mechanism", *Quarterly Journal of Economics*, Aug.1970, 89.

Arrow, Kenneth J., 1974 (a)"Limited Knowledge and Economic Analysis", *American Economic Review*, March 1974.

-----, 1974 (b), General Economic Equilibrium: Purpose, Analytic Techniques, Collective Choice, *The American Economic Review*, Vol. 64, No. 3 (Jun., 1974), pp. 253-272

-----, 1985, "The Potential and Limits of the Market Resource Allocation, in G.R. Feiwel (ed.), *Issues in Contemporary Microeconomics and Welfare*, London, Macmillan, 107-124,

-----, 1986, Rationality of Self and Others in an Economic System, *The Journal of Business*, 59, n.4, University of Chicago Press.

Barzel, Yoram. *Economic Analysis of Property Rights*. Cambridge University Press, 1997

Baumol, William J., Contestable Markets: An Uprising in the Theory of Industry Structure *The American Economic Review*, Vol. 72, No. 1, (Mar., 1982), pp. 1-15 Published by: American Economic Association.

Blaug, Mark, 1993, *Metodologia da Economia*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bourdieu, Pierre, 1984, *Questions de Sociologie*, Les Editions de Minuit, Paris.

Bresser Pereira, Luiz Carlos, 2009, The two methods and the hardcore of economy, *Journal of Post Keynesian Economics*, Spring 2009, Vol. 31 n.3, p.493-522.

Bridel, Pascal, 2011, *The Normative Origins of General Equilibrium Analysis or Walras's attempts at reconciling economic efficiency with political justice*, Colloque Justice and Economics: ancient doctrines and modern theories, Toulouse 1, june 2011.

Bürgenmeier B., The Misperception of Walras, *The American Economic Review*, Vol. 84, No. 1 (Mar., 1994), pp. 342-352

Coase, R. H. The Nature of the Firm. *Economica*, New Series, v. 4, n. 16. p. 386-405, Nov., 1937 .

-----, The Problem of Social Cost, *Journal of Law and Economics*, 3, 1960.

-----, *The Firm, the Market and the Law*, University of Chicago Press, 1988.

Colander David, 2000, The death of neoclassical Economics, *Journal of the History of Economic Thought*, Volume 22, Number 2, 2000.

Dequech, David, 2007, *Neoclassical, mainstream, orthodox and heterodox economics*, *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.30.2

Diamond Jr., Arthur M. The empirical progressiveness of the general equilibrium research program. *History of Political Economy*, vol. 20, n. 1, p. 119-135, 1988.

Feyerabend Paul, 1979, *Contre la Méthode. Esquisse d'une théorie anarchiste de la connaissance*, Editions du Seuil, Paris.

Friedman Milton, 2009, *The Methodology of Positive Economic*, Cambridge University Press.

Grossman S.J. and Stiglitz J.E, 1976,, "Information and Competitive Price system", *The American Economic Review*, May 76, Vol.66 n.2.

-----, 1980, On the Impossibility of Informationally Efficient Markets, *The American Economic Review*, Vol. 70, No. 3, (Jun. 1980), 393-408.

Hayek, Friedrich A, 1985, *La route de la servitude*, PUF, Paris.

- Herscovici, Alain, 2012, Informação, conhecimento e Direitos de Propriedade Intelectual: os limites dos mecanismos de mercado e das modalidades de negociação privada. A contribuição de Williamson à análise dos Direitos de Propriedade Intelectual, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 3 (46), p. 667-694, dez. 2012.
- Koppl, Roger, 1995, The Walras Paradox, *Eastern Economic Journal*, Vol.21, N.1, Winter 1995.
- Kuhn, Thomas S., 1991, *A estrutura das revoluções científicas*, Editora perspectiva, São Paulo.
- Lakatos, Imre, 1970, History of Science and Its Rational Reconstructions, *Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*, Vol. 1970, pp. 91-136.
- , 1978, The methodology of scientific research programs, *Philosophical Papers Volume I* Edited by John Worrall and Gregory Currie, Cambridge University Press.
- Lindbeck, assar, 1985, "The prize in Economic Science in Memory of Alfred Nobel, *Journal of Economic Literature*, 23.1 37-56.
- Lisboa Marco, 1988, A miséria da crítica heterodoxa, *Revista de Economia Contemporânea n.3*, UFRJ.
- McCloskey, Deirde. 1998, The So-Called Coase Theorem. *Eastern Economic Journal*, v. 24, n. 3, Summer 1998.
- Orléan, André, 2011. *L'empire de la valeur. Refonder l'Économie*, Paris, Éditions du Seuil
- Pejovich, S., 1995 *Economic Analysis of Institutions and Systems*, Kluwer Academic Publishers, International Studies in Economics and Econometrics, v. 33. Dordrecht-Boston, London.
- Pigou A.C, 1920, *The Economics of Welfare*, MacMillan and Co, London,
- Possas, Mário, 1995, *A cheia do main stream. Comentários sobre os rumos da Ciência Econômica*, Texto para discussão, Rio de Janeiro, UFRJ/IEI.
- Sartre, Jean-Paul , 1986, *Questions de méthode*, Editions Gallimard, Paris.
- Sen, Amartya, 1982, *Choice, Welfare and Measurement*, Oxford: Blackwell.
- Stigler, George J., 1966, *The Theory of Price. 3.ed.*, New York: Macmillan & CO.
- , 1961, The Economics of Information *The Journal of Political Economy*, Vol. 69, No. 3 (Jun., 1961), pp. 213-225 The University of Chicago Press.
- Stiglitz Joseph E, 1987, The Causes and Consequences of the Dependence of Quality on Price, *Journal of Economic Literature*, vol. XXV, March 1987, pp. 1-48.
- , 1993, Post Walrasian and Post Marxian Economics, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 7, No 1, pp. 109-114.
- , 2000. The Contribution to the Economics of Information to Twentieth Century Economics, *The Quarterly Journal of Economics*, November 2000.

-----,2003, Information and the Change in the Paradigm in Economics, Part 1, *American Economist*; Fall 2003, p.6-26.

-----, 2011, Rethinking macroeconomics: what failed and how to repair it, *Journal of the European Economic Association*, August 2011, pp 591-645.

Walras L, 1926, *Elements d'Economie Politique Pure, ou théorie de la richesse sociale*, Pichon, Duran Auzian éditeurs, Paris.

Weintraub, R. (1985) "Appraising general equilibrium analysis", *Economics and Philosophy*, Vol. 1, 1985, pp. 23-37.

Williamson Oliver, 2002, The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives*, v. 16, n. 3, Summer, 2002.

Anexo	Os diferentes modelos oriundos do PPC neoclássico: a implosão.
<p>Núcleo duro:</p> <p>Monetarismo</p> <p>IS//LM</p> <p>Teoria das expectativas racionais</p> <p>Economia da Informação (à la Stigler)</p> <p>Novos keynesianos (Mankiw, por exemplo)</p> <p>Teoria dos mercados contestáveis (Baumol)</p> <p>Nova Economia Institucional</p> <p>Nova Economia da Informação (Akerlof, Stiglitz, Grossman)</p> <p>Teorias do crescimento</p>	<p>PPC neoclássico Teoria do valor utilidade Individualismo metodológico EG Ótimo de Pareto</p> <p>Neutralidade da moeda</p> <p>A flexibilização das hipóteses auxiliares</p> <p>Dicotomia curto/longo prazo Relaxamento da hipótese de neutralidade da moeda</p> <p>Dicotomia curto/longo prazo Relaxamento da hipótese de flexibilidade dos preços</p> <p>Relaxamento da hipótese de informação perfeita</p> <p>Idem</p> <p>Dicotomia curto//longo prazo Rigidez dos preços de curto prazo Menu costs Choque de demanda</p> <p>Compatibilidade total com o núcleo duro</p> <p>Custos de transação positivos (Coase) Especificidade dos bens (Williamson) Irreversibilidade dos custos (Williamson) Contratos incompletos (Williamson)</p> <p>→ Incompatibilidade com o EG e com o ótimo de Pareto: critério de Kaldor-Hicks versus critério de Pareto</p> <p>Imperfeições e assimetrias da Informação → incompatibilidade com o ótimo de Pareto Economia “relacional” e externalidades de demanda → incompatibilidade com o individualismo metodológico Opacidade dos preços → refutação da lei da oferta e da demanda → incompatibilidade com o EG.</p> <p>Modelo de Solow (1956) Modelo de Real Business cycles → compatibilidade com o núcleo duro</p> <p>Modelo de crescimento endógeno (Romer, 1986, 1990) → incompatibilidade com o EG e com o ótimo de Pareto</p> <p>E a Controvérsia de Cambridge?</p>